



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
/UNIRIO/CEDERJ

São João Marcos e Ribeirão das Lajes, progresso, a questão ambiental e a preservação do patrimônio cultural.

Paulo Cesar de Almeida Barros Lopes

Graduando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

e-mail: pc_abl@hotmail.com; pcablopes@gmail.com

Rio de Janeiro

2019

Resumo:

Este trabalho visa resgatar a memória da antiga cidade de São João Marcos, sua história e tradições culturais. Revelar a situação dramática vivida por seus habitantes durante o período da implantação da represa de Ribeirão das Lajes, e mostrar também que o progresso pode andar em consonância com a questão ambiental e também com a preservação do patrimônio cultural; e deixar claro que a vida das pessoas vale muito mais do que qualquer interesse econômico, político e a ganância das grandes corporações. Este artigo visa também uma ponderação sobre considerar quão importante é a proteção e conservação de um patrimônio cultural e nacional, cuja mesma pode ser associada ao processo da construção de um Estado, de uma memória ou identidade nacional ou local, que ajuda a externar a direção na qual uma determinada sociedade se projetou, que tipo de integração realizou esta sociedade e qual o grau de interdependência, de conflitos e situações pontuais que a leitura deste patrimônio nos ajudou a entender neste complexo processo de formação de uma determinada sociedade. Tem como finalidade também, destacar a preservação ambiental da Bacia do Guandu, mostrando assim a correlação de todos os fatores conjugados à preservação deste patrimônio cultural.

Palavras chaves: Patrimônio Cultural, São João Marcos, Ribeirão das Lajes, conservação, bacia hidrográfica;

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural em sua dimensão tanto material, bem como imaterial, representado pelas manifestações culturais, pelos usos e costumes de um povo, pela comida, pelos modos de criar, de fazer e de viver, foi por muito tempo esquecido, não sendo objeto da tutela estatal. Em vista disso, pode-se dizer que estas noções envolvem as questões tanto do passado, bem como do futuro da humanidade, envolve também o entendimento na formação de uma nação através da leitura do patrimônio cultural de determinada nação, a materialização da história desta nação, e assim, preservar a continuidade do tempo percorrido, mas ao mesmo tempo possibilitando a conservação de algo de suma importância para a História de determinado povo ou nação.

Em virtude da referida preocupação com esta conservação mencionada, em 2008 o Instituto Light, mantido pela empresa LIGHT S.A, que tem como função a preservação histórica e cultural da região da antiga cidade de São João Marcos, bem como o desenvolvimento do turismo local, com patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro, desenvolveu através da lei de incentivo à cultura, e também com o suporte de inúmeras instituições, o projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, que fora oficialmente inaugurado 09 de junho de 2011, que tem como objetivo preservar a História do Vale do Café, com uma característica ímpar de museu a céu aberto. Este Parque está localizado no município de Rio Claro, no qual se procura resgatar a memória da antiga cidade de São João Marcos, como sua história e tradições culturais, sendo que este Parque depois de inaugurado promoveu inúmeros eventos culturais, tanto que é digno de nota que no mês de seu aniversário fora contabilizado mais de 50.000(cinquenta mil) visitantes, dentro deste número, mais de 15.000(quinze mil) estudantes de escolas públicas. Não obstante, apesar de todo esse glamour, a história deste local revela uma situação dramática vivida por seus habitantes durante quase um século, logo, analisando a História pouco conhecida desta cidade e da referida represa, nos ajuda a escrutinar até que ponto o progresso pode andar em consonância com a preservação do meio ambiente, bem como do patrimônio cultural e também, quanto vale a vida das pessoas em detrimento do desenvolvimento econômico e ganância das grandes corporações. Para que possamos fazer um quadro mental do que fora falado anteriormente é imperativo entender o processo Histórico desta cidade e da represa de Ribeirão das Lages.

O INÍCIO

A cidade de São Marcos, que era uma das maiores cidades fluminense do século 19, era conhecida como Vila de São João Príncipe. As entradas e bandeiras durante o fim do século 17 possibilitaram a construção de uma estrada real para que os paulistas pudessem enviar, com segurança, o imposto da realeza sobre o ouro que era extraído para o Rio de Janeiro. Desta feita, pode-se dizer que Olga de Sá(2010) enfatiza como uma região que a foi a principal na produção de café quando este produto estava em alta no mercado mundial, onde o município de São João Marcos ganhara destaque chegando a ter, como seu ilustre morador, o homem mais rico do Brasil, que foi convidado por Pedro I a participar na proclamação da independência brasileira. Esse artigo trata da inundação desta cidade para a construção da Hidrelétrica de Ribeirão das Lajes, sua área de extensão e como a cidade que foi inundada para dar lugar a represa, tem sua representatividade histórica, destacando também a construção desta represa como associação a Estação de Tratamento do Guandu (ETA-Guandu), que esta região se tornara a mais rica do país e também do mundo porque São João Marcos, além da posição geográfica estratégica, era um dos principais núcleos produtivos, pois produzia ao ano aproximadamente dois milhões de arroba de café. Já no fim do século 19 esta cidade chegou a comportar cerca de 20.000(vinte mil habitantes, além de possuir teatros, escolas públicas; e com um poder aquisitivo considerado, que proporcionara a capacidade de muitas famílias contratarem professores estrangeiros para seus filhos. Uma infraestrutura de dar inveja às cidades postulantes da época com suas fábricas, bibliotecas, profissionais de nobre estirpe e artistas renomados de ópera. O mais interessante neste contexto é o progresso relacionado às estradas de rodagem porque nesta região foi construída a primeira estrada de rodagem do Brasil que tinha 40 km de extensão e foi construída em 1865, possibilitando assim se tornar um ponto de parada entre o Rio e São Paulo, no qual Imperador, nobres, e depois até mesmo pessoas de destaque no período republicano utilizavam esta parada, em especial na Fazenda Olaria. Sendo que o objetivo desta estrada era promover a manutenção deste progresso econômico, fazendo com que o café escoasse das fazendas do Vale do Paraíba para o Porto de Mangaratiba. É válido destacar que essa proeminência era tão destacada que é relatado que o fazendeiro Comendador Joaquim José Breves, que era oriundo daquela região, fora considerado o homem mais rico do Brasil, porque relatara-se que ele possuía aproximadamente 6.000 escravos registrados e especulara-se que ele era proprietário de quase o dobro escravos sem registro. É importante mencionar também que Joaquim Breves foi integrante da Guarda de Honra de D.Pedro I e esteve presente na proclamação da

independência do Brasil, e que além dele esta cidade teve como moradores os mais proeminentes e poderosos fazendeiros. Logo, destacando sobre este assunto, Pasin(1993) declarou o seguinte:

O Vale Paraíba foi a única região do Brasil a participar diretamente dos acontecimentos que culminaram com a separação do Reino do Brasil do Reino de Portugal, no dia 7 de setembro de 1822, na colina do Ipiranga - ali estavam naquela tarde histórica os vale-paraibanos testemunhas oculares do gesto de Dom Pedro, criador do Império do Brasil. (PASIN, 1993, p. 144)

Paralelamente ao desenvolvimento de São João Marcos, foi inaugurada, por Irineu Evangelista de Souza de Souza, a primeira estrada de ferro do Brasil, ligando Mauá a Raiz da Serra, no fundo da Baía de Guanabara. Em virtude da implantação deste sistema de transporte, que era mais rápido e mais seguro, houve uma redução na movimentação dos tropeiros¹ que utilizavam o caminho que passava por São João Marcos e que vinham de São Paulo, porque este grupo e vários outros passaram a utilizar o transporte ferroviário, e por conta disso houve uma grave queda no comércio da região. Aliado a isso ocorrera também, em virtude do esgotamento das terras, a queda do rendimento, cujo o golpe fatal que acentuou esta queda foi a abolição da escravatura porque os fazendeiros não conseguiram suprir a necessidade de grandes contingentes humanos, e mão de obra praticamente gratuita para trabalhar nas suas plantações. A partir daí o resultado da combinação dos fatores mencionados foram catastróficos. Um movimento contrário que ocorreu no Oeste Paulista, em virtude de neste local, as lavouras serem mais recentes e os fazendeiros contarem com lavradores assalariados, meeiros e imigrantes; por este motivo os fazendeiros paulistas assumiram a liderança do mercado rapidamente.

O resultado desta catástrofe econômica repercutiu profundamente na cidade de São João Marcos, mesmo assim eles tentaram resistir a essa decadência se adaptando aos novos tempos, dando forte apoio à construção da Estrada de Ferro entre Barra Mansa e Angra dos Reis. É digno de nota que esta ferrovia trouxe novamente uma perspectiva de prosperidade para o futuro de São João Marcos. No entanto com o desenvolvimento da Capital Federal, Rio de Janeiro, e as cidades vizinhas, houve a necessidade da obtenção de recursos, que o progresso exige de qualquer postulante a metrópole, tais como: energia elétrica e água potável

¹ Tropeiro, condutor de tropa, arrieiro ou bruaqueiro é a designação dada aos condutores de tropas ou comitivas de muares e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores no Brasil a partir do século XVII. Mais ao sul do Brasil, também são conhecidos como carreteiros devido às carretas com as quais trabalhavam. Fonte : <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tropeiro>

encanada. Contudo, o problema se encontrava justamente nisso porque no caminho do “progresso” metropolitano estava situado na cidade de São João Marcos, pois a opção sugerida para a obtenção dos recursos mencionados era a criação de uma represa e uma Hidrelétrica em Ribeirão das Lajes, no alto da Serra das Araras, mas tal obra proporcionaria o alagamento de 97 grandes fazendas, justamente as maiores de São João Marcos.

A PRIMEIRA INUNDAÇÃO: O INÍCIO DO FIM

O que era considerado como planejamento fora colocado em prática no ano de 1907 quando a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power, (hoje apenas Light) começou as obras da represa de Pirai com desvios de rios que foram direcionados para complementar a inundação da cidade. Conforme os registros históricos, é perceptível que o empreendimento fora feito sem nenhum planejamento, por este motivo, infelizmente as consequências foram desastrosas, tanto que em 1909 a inundação destruiu inúmeras plantações e também foi responsável pela morte de uma quantidade significativa de animais. O relato das pessoas daquela região neste período chamou a atenção porque o mau cheiro oriundo das mortes dos animais se alastrou por toda a redondeza durante meses. Só que não parou por aí, pois na sequência veio o flagelo da malária que contaminou mais a metade da população, e isso foi muito chocante em virtude da cidade de São João Marcos, antes da inundação, não registrava nem dez óbitos por ano! Só no ano de 1910 morreram 770 pessoas e somam-se a este fato vários depoimentos históricos que registraram inúmeras cenas trágicas. Valas coletivas foram abertas no cemitério e muita gente ainda viva foi para a cova com os defuntos. Nos arredores encontravam-se cães devorando cadáveres. Em uma das casas, uma mulher morta tinha em seu colo uma criança que ainda mamava, e a seus pés outra que chorava. Os moradores pediam socorro: enviaram cartas às autoridades implorando por médicos. Nenhuma ajuda veio, nem do governo e nem da Light. Os fazendeiros de São João Marcos pouco puderam fazer contra a inundação de suas terras, a não ser reclamar, pois ficaram desorientados e sentido literal e economicamente perderam o poder político que possuíam durante os períodos áureos da cidade. Os fazendeiros da região tentaram dissuadir os organizadores de tal empreitada através da emissão de ofícios, atas e moções, tudo em vão. Registros da época pré-inundação retratam o sofrimento dos moradores e mostram com riqueza de detalhes o desespero das autoridades locais com o início da construção da Represa de Ribeirão das Lajes.

Os que restaram foram protagonistas de terríveis histórias, como a presenciada e documentada por Luís Ascendino Dantas ², líder comunitário local: "[...] em uma das casas, uma mulher morta tinha em seu colo uma criança que ainda mamava, e a seus pés outra que chorava". O relato deixado pelos fazendeiros Agrippino Grieco ³ e Luiz de Souza Breves ⁴, e seu irmão, o coronel Joaquim Luiz de Souza Breves descreve outras cenas trágicas: "No pior período da epidemia, abriam-se valas enormes no cemitério[...] Nos arredores encontravam-se cães devorando cadáveres e achou-se até uma criancinha morta...".

O poderio da Light colocava todos a seu favor. A população pediu desesperadamente por auxílio, mas nada foi feito porque imprensa políticos e até cientistas conclamaram que a epidemia que ocorrera não foi por causa da inundação. Tanto que o assunto sobre a epidemia de malária foi amplamente debatido por cientistas que eram a favor do pensamento que a malária foi ampliada por conta da inundação, bem como os que foram contras a tal posição.

Segue trecho de uma publicação da época sobre este debate:

Na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Uma sessão memorável. 12 abr. 1911. Sobre a epidemia de S. João Marcos falam: o dr. José Maria Coelho, atacando a Light, e o dr. Floriano de Lemos, que leu um relatório do dr. Oswaldo Cruz, mostrando que não foi devido á aqudagem do rio das Lages que se deu a implantação da malaria em Pirahy e S. João Marcos. Teve em seguida a palavra o dr. José Maria Coelho, que fez uma conferencia sobre a questão do impaludismo no municipio de São João

² Euncionário público estadual aposentado, chefe político local desde a década de 20 mas já afastado da vida pública. À época residindo em Niterói, sede do governo estadual e vizinha da Capital Federal, Dantas escreveu livros e artigos diversos sobre a importância histórica da cidade, clamando contra a sua destruição. Liderou vários abaixo-assinados, inclusive aquele que havia solicitado o tombamento da cidade, atendido por Mello Franco. (Dilma Andrade) **Obras:** "São João Marcos e Rio Claro", edição de 1936 Esboço biográfico do Dr. Joaquim José de Souza Breves

³ Paraíba do Sul RJ 1888 - Rio de Janeiro RJ 1973. Crítico literário, poeta, contista, tradutor, jornalista. Filho dos italianos Pascoal Grieco e Rosa Covello Grieco, provenientes de Basilicata. Em 1906, muda-se para o Rio de Janeiro e começa a carreira de funcionário público na Central do Brasil. Estréia na literatura com uma obra de poesia, *Ânforas*, em 1910, e três anos depois com um conjunto de contos intitulado *Estátuas Mutiladas*. De 1913 até 1920 dedica-se inteiramente à leitura de autores clássicos e românticos sem nada publicar. A partir de então escreve colunas literárias em pequenos jornais e revistas até ser convidado pelo crítico Tristão de Ataíde (1893 - 1983) a substituí-lo em *O Jornal*, em que estréia com artigo sobre o poeta Gregório de Matos (1636 - 1696).) Fonte: <http://brevescafe.net/oswaldocruz.htm>

⁴ **Luis de Souza Breves** Nasceu em Arrozal, distrito do município de Sant'Ana do Pirai, no dia 20 de maio de 1828, filho do Comendador Luiz de Souza Breves e de Maria Pimenta Breves. Casou-se com sua sobrinha Francisca de Souza Monteiro de Barros, filha de Maria Eugênia de Souza Breves e Miguel Eugênio Monteiro de Barros (filho dos barões de Paraopeba) Fonte : <http://brevescafe.net/oswaldocruz.htm>

Marcos, de que tratou, no mez passado, por esta folha, o nosso companheiro dr. Floriano de Lemos. O dr. José Maria pretendia, mesmo, responder apenas ao artigo publicado no Correio da Manhã. E foi o que fez, occupando a tribuna por espaço de trinta minutos, expendendo francamente sua opinião, que, como elle proprio confessou, era a de alguns collegas seus. "No correr desta conferencia - disse o orador e, que o meu trabalho pouco mais foi que reunir os documentos em que baseei para o estudo da questão..." etc. Esses documentos, na maior parte, são pareceres de medicos do interior, como os drs. José Ricardo, Baptista Pereira, Ribeiro de Almeida, Ferreira de Figueiredo, Moraes Mello, etc. S. s. referiu-se ainda ao relatorio do actual director de Saude Publica, analysando varios pontos. Foi uma dissertação eloquente. O dr. José Maria Coelho é um apaixonado pelas coisas do seu torrão natal. E' elle mesmo quem o confessa, dizendo ao presidente: "V. ex. e os meus collegas me desculparão si eu algumas vezes me tiver afastado do terreno exclusivamente scientifico. Eu tenho muito amor ás coisas do meu Estado, e sempre que se agita essa questão da epidemia de S. João Marcos, que deu logar a algumas paginas bem tristes da nossa historia, eu não posso reprimir a justa revolta que me invade a alma de fluminense extremado." Ao terminar a conferencia, teve a palavra o dr. Floriano de Lemos. Disse que falaria apenas durante cinco minutos. O que tinha a desenvolver, já o fizera pelo Correio da Manhã. Respondendo ao dr. Maria Coelho, pondéra o seguinte: "O dr. Coelho acha, baseado no que viu, e na opinião de alguns collegas (José Ricardo, Baptista Pereira, etc.), que as obras da Light foram o factor exclusivo da implantação do impaludismo em S. João Marcos e arredores. Eu acho, egualmente baseado no que vi, e tambem com a opinião de varios collegas e mestres (professores Nuno de Andrade, Dias de Barros, etc.), que as obras da Light não podem ser consideradas responsaveis, de modo algum, pela implantação do mesmo impaludismo naquelles logares. São duas opiniões, que podem correr parallelas; o collega acate a minha e eu acatarei a sua. Agora, para dizer alguma coisa de novo, peço licença para trazer aqui a opinião do dr. Oswaldo Cruz, cuja competencia scientifica e capacidade moral não devem, não podem, não soffrem a menor discussão." A este ponto o dr. Maria Coelho apartêa o dr. Floriano: - O collega não é capaz de ler aqui o relatorio do dr. Oswaldo Cruz. Ainda não está publicado. Como resposta, o nosso companheiro passou a exhibir esse relatorio, competentemente authenticado e com firma reconhecida, o qual abaixo publicamos na integra. Salientemos, porém: O dr. Oswaldo Cruz concorda in

totum com a opinião expendida no Correio da Manhã por Floriano de Lemos: o grande brasileiro não só diz "que a região é typo de região palustre", e que "suas cercanias são ha muito conhecidas como zonas malarigenas, onde o impaludismo reinou e reina sob a fórmula endemica", mas ainda afirma que "o alagamento dos açudes citados só poderia ser contribuido para sanear a zona em que elles se achavam".

.....Entre nós, como saneamento definitivo de regiões malaricas, podemos apontar as zonas peri-urbanas da cidade do Rio de Janeiro que foram saneadas, por ocasião da campanha anti-amarillica, aqui levada a effeito. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1911. - Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz."

(Firma reconhecida pelo Tabellião Gomes Guimarães).

Fonte:

Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 12 abril 1911:Gazeta de Notícias.

Em conjunto com esta discussão científica fora percebido que houve certa cumplicidade do governo com a Light, visando o interesse maior do "progresso" e do distrito Federal; tanto que foi assim que o governo federal impôs uma silenciosa quarentena de duas décadas, no qual a agonia dos habitantes das redondezas de São João Marcos ficara evidente. E os números infelizmente retratam esta agonia porque a população de São João Marcos que era de 18.000 habitantes em 1898, caiu para 7.400 em 1922.

O "TOMBAMENTO E O DESTOMBAMENTO"

O pior estaria por vir. A Light e o governo tinham planos ambiciosos para completar o martírio desta maravilhosa cidade, pois o desejo de ambos era ampliar a represa objetivando o aumento da produção de energia elétrica, e isso acarretaria na destruição completa da cidade de São João Marcos. Diante de tal possibilidade, os poderosos fazendeiros se anteciparam para negociar com a Light e o governo antes mesmo que o projeto fosse aprovado. Diante do exposto, relata-se pela reportagem do jornal "o Globo", publicada na época, que em 1939 a Light comprou 78 fazendas e algumas casas dos poderosos e influentes fazendeiros, cujo poderiam demonstrar algum poder de oposição. Em suma, restou para os menos abastados o pagamento desta conta "macabra" e também para o Patrimônio Histórico Cultural porque estavam sendo submersos mais de duzentos anos de História. Uma perda irreparável! Por conta desta situação, os moradores iniciaram um movimento desesperado na tentativa de

reverter este quadro com perspectivas sombrias, mas a Light além de ser poderosa tinha o governo federal ao seu lado. No mesmo ano, inesperadamente o Departamento Cultural do Estado, através do recém-criado SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) efetivou o “tombamento” de toda a cidade de São João Marcos como patrimônio artístico e cultural do país. Esta ação impediu temporariamente a Light de demolir as casas, em virtude disso, o povo comemorava, pois a assinatura do tombamento⁵ foi na tarde da sexta feira de 19 de maio de 1939. Este final de semana foi memorável para os habitantes daquela região e isso fora demonstrado por conta das festas e comemorações, inclusive os duzentos anos de existência. Apesar de o tombamento ser abalizado em uma lei federal, o presidente Getúlio Vargas assinou um decreto lei um ano após a cidade ter sido “tombada” pelo patrimônio artístico e cultural, em 03 julho de 1940. É imperativo afirmar que esta ação fora totalmente incomum porque a cidade de São João Marcos foi a primeira cidade do país a ser tombada pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e também a primeira e única a ser “destombada”, fato este que gerara a revogação do “tombamento” e entregou a cidade para ser destruída, casa por casa, pela Light.

A SEGUNDA INUNDAÇÃO: O FIM

O processo de destruição foi iniciado em 10 de abril de 1941, apesar da intensa oposição dos moradores que lutavam para não serem “eliminados” definitivamente da História do Brasil, mas esta luta foi em vão porque o trabalho de demolição começou em ritmo acelerado. Não obstante uma particularidade chamara a atenção neste momento difícil para aquelas pessoas, a Igreja, uma construção linda e vistosa, construída a partir de 1796, com arquitetura maneirista, típica dos jesuítas, e barroca. O interior da igreja era todo decorado em ouro. O mais interessante nesta demolição é que os operários se recusaram a mexer com o prédio sagrado e a construção era tão sólida que os recursos considerados corriqueiros nos processos de demolição não seriam suficientes. Por conta deste impasse a Light contratou um especialista, que era conhecido como Sr. Dudu, morador de Rio Claro. Ele conseguiu concluir o serviço, mas consta-se (não há registro oficial que confirme) que

⁵ A palavra tombamento, tem origem portuguesa e significa fazer um registro do patrimônio de alguém em livros específicos num órgão de Estado que cumpre tal função. Ou seja, utilizamos a palavra no sentido de registrar algo que é de valor para uma comunidade protegendo-o por meio de legislação específica. Atualmente, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público (SEEC/CPC) com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. “Disponível em”:<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4#1>.” Acesso em”:< 28/09/2018>.

coincidentalmente o Senhor Dudu logo após ter executado o serviço, além de ter ficado “corcunda” perdera todos os seus bens e morreu como jardineiro no colégio de freiras em Valença-RJ. A desocupação foi cruel: a Light “indenizava” e imediatamente as pessoas tinham que sair de casa, levando apenas os móveis em caminhões da empresa. Rapidamente entravam os operários com marretas e demoliam tudo, sendo que os funcionários da empresa não permitiam que os moradores levassem as madeiras.

Pela segunda vez a cidade de São João Marcos foi inundada, e no alto dos morros curiosos, funcionários da Light e os moradores outrora desalojados observaram a inundação que não ocorrera de forma completa porque as águas não atingiram toda a cidade. Ficou bem claro com isso que provavelmente houve um erro de planejamento da Light, que segundo os relatos, quis a qualquer custo fazer valer a inundação da forma desejada pela empresa, correndo até o risco de fechar as comportas acima do nível de emergência para concluir o processo. Ficou muito evidente que a inundação de toda a cidade era desnecessária, isso causou revolta na população, justificada é claro, pois até mesmo com um período de chuva mais intenso as águas nunca alcançaram toda a cidade. Um tempo depois a Light foi nacionalizada, e na sequência se tornou uma empresa privada brasileira. Paradoxalmente a mesma Light, nos dias atuais, ajuda a resgatar a História de São João Marcos patrocinando um trabalho significativo arqueológico no local.

A REFLEXÃO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Tendo em vista os fatos narrados, surge uma pergunta importante: pode o progresso conviver com a questão ambiental e a preservação do patrimônio cultural? Um trecho de uma reportagem do jornal O Globo em 30/01/2019 nos dá a dimensão da discussão deste assunto:

“Liminar pedida pelo Ministério Público obriga CSN a retirar escória de Volta Redonda- Material _fica em grande depósito de sobra de produção de aço próximo ao Rio Paraíba do Sul. Medo de moradores é que haja contaminação. O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) pediu liminar obrigando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a retirar a escória que fica em um grande depósito de sobra de produção de aço em Volta Redonda. O material está próximo ao Rio Paraíba do Sul, que abastece mais de 70 cidades do estado e também de São Paulo. O risco de contaminação preocupa a população⁶.”

⁶ - “Disponível em”: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/01/30/liminar-pedida-pelo-ministerio-publico-obriga-csn-a-retirar-escoria-de-volta-redonda.ghtml>.

Tendo em vista o fato descrito é válido perguntar: qual a associação da Represa de Ribeirão das Lajes, a cidade histórica de São João Marcos e o rio Paraíba do Sul com a Estação de Tratamento de Águas do Guandu (ETA- GUANDU)? De que forma a contaminação mencionada no portal G1.com poderá afetar mais de 16 milhões de pessoas, em especial a Região Metropolitana? E o que pode ser feito para que se possa preservar a Bacia Hidrográfica do Guandu localizada no Vale do Paraíba?

A resposta se inicia no desenvolvimento de um projeto chamado de PAF (Projeto Produtores de Água e Floresta). Este projeto que alcança a antiga área do município de São João Marcos, que atualmente é composta pela Represa de Ribeirão das Lajes que é formada pelos rios Ribeirão Pires, da Prata e Machado, Pirai e Paraíba do Sul, e abrange terras dos municípios de Rio Claro e Pirai, no estado do Rio de Janeiro, cuja abrangência é de aproximadamente 204 Km² ocupando grande parte das terras onde outrora existia o município de São João Marcos, que foi inundado. Hoje parte desta área é ocupada por uma reserva ecológica que pode ser percorrida por diversas trilhas Na área de Rio Claro ela se estende por, aproximadamente, cerca de 25% de seu território.

Suas águas seguem para a Usina de Fontes para a produção de energia elétrica pela empresa Light, de onde partem para se juntarem as águas do reservatório de Sant'Ana. Formam, assim, o reservatório de Ponte Coberta e, posteriormente, desaguam no Rio Guandu. Estas águas abastecem de água potável a Região Metropolitana do Rio de Janeiro através de duas tubulações onde são recolhidas as águas limpas da barragem (estas águas são apenas cloradas) e da Estação de Tratamento de Guandu, pertencente à CEDAE, onde são tratadas e distribuídas no município do Rio de Janeiro.

O projeto Produtores de Água e Floresta em Rio Claro-RJ: uma análise da governança no projeto sob a ótica da gestão social de Diná Andrade Lima Ramos, Francine Ramalho de Aguiar e Lamounier Erthal Villela destaca que no ano de 2006, o Instituto Terra de Preservação Ambiental chegou ao Município de Rio Claro para a implantação de uma atividade agroflorestal na Comunidade Quilombola Alto da Serra, localizada no distrito de Lídice, Rio Claro. Tal atividade estaria ligada a um projeto aprovado, no final de 2005, pelo Ministério do Meio Ambiente denominado Construindo Estratégias Participativas e Projetos Demonstrativos de Conservação da Mata Atlântica na Região do corredor de Biodiversidade Tingüá-Bocaina. A partir de então, teve início não só uma aproximação da instituição com

novos proprietários localizados no entorno da comunidade quilombola, mas também uma percepção da importância de se preservar as propriedades daquela região como medida de proteção do manancial de abastecimento público da cidade do Rio de Janeiro, já que é no município de Rio Claro, mais precisamente no distrito de Lídice, que se encontram as principais nascentes que formam o Rio das Pedras, afluente do Rio Pirai, que desemboca no Rio Guandu.

O PAF está sendo executado na região da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, mais especificamente na microbacia de Rio das Pedras, situada em Lídice. A área abrange um total de 5.227 hectares, compreendendo as principais nascentes do Rio Pirai. É o manancial responsável por 15% da produção de água disponível no Sistema Guandu. É considerada zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e está localizada entorno do Parque Estadual do Cunhambebe, território da Área de Proteção Ambiental do Alto Pirai.

A meta do PAF é manter a totalidade da cobertura florestal verificada no início do projeto piloto e ampliar a cobertura em áreas consideradas prioritárias para a restauração com as Áreas de Preservação Permanentes (APP) no entorno de nascentes e margem de rios. O Projeto é financiado com recursos provenientes da cobrança pelo uso da água dessa região hidrográfica. O recurso paga aos proprietários rurais valores comparados ao custo de oportunidade da terra. No início do projeto em 2007, apenas 18 das 28 propriedades rurais mapeadas assinaram contratos. Atualmente, existem 62 contratos que abrangem mais de 6,6 mil hectares, sendo quatro mil hectares de conservação e 500 hectares de restauração florestal.

O citado projeto destaca que é possível que o progresso caminhe junto com a preservação do meio ambiente, bem como do patrimônio cultural, porque políticas públicas planejadas e bem executadas evitam situações que criem adversidades históricas, contribuem para o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável, e desta forma esta experiência certamente denota um grande avanço no modo de pensar políticas públicas ambientais, deixando claro a necessidade de se pensar todo o tipo de políticas públicas, as quais são capazes de articular o local e o global. É bem sabido que no caso do PAF não foi percebido, ainda, um grande potencial dinamizador da economia a partir do projeto. Alguns poucos postos de trabalho temporários foram criados, e nenhuma atividade econômica expressiva surgiu. Mesmo assim é interessante observar que com os treinamentos proporcionados no âmbito do projeto, algumas ideias estão surgindo ou amadurecendo, como a promoção do turismo e a produção de mudas para o reflorestamento. Existe a percepção de que há um

desejo dos produtores rurais em abastecer com mudas o mercado local, suprindo assim as demandas do PAF. Pelos estudos, acredita-se que o projeto PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais) vem cumprindo seu objetivo principal que é a conservação e restauração das florestas, tendo como maior aliada, a conscientização ambiental dos produtores rurais participantes. É bem verdade que estudos mais recentes, a partir de 2017, mostram que o PSA possui fragilidades técnicas como a falta de monitoramento das atividades de campo e fiscalização para combate a caça e a incêndios florestais. Possui como fragilidade econômica os valores pagos aos produtores rurais que disponibilizam suas terras para as ações do projeto, bem como falta de um mercado local de produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica. A Mata Atlântica era a paisagem original de 97% do território do Estado do Rio de Janeiro e foi desconsiderada como sistema provedor de serviços ambientais e considerada como fonte inesgotável de produtos comercializáveis. Em se tratando da Mata Atlântica, onde se encontram duas das maiores metrópoles brasileiras (Rio de Janeiro e São Paulo), atualmente restam pouco mais de 20% da sua cobertura original sendo que apenas 7% encontram-se bem conservados em fragmentos acima⁷.

É importante não desconsiderar que a represa de Ribeirão das Lajes, com seus mais de 600 km de perímetro, é de uma beleza espetacular e guarda um enorme potencial para a prática da pesca esportiva. Águas cristalinas e sem nenhuma poluição. Entretanto, a infraestrutura para este aproveitamento ainda pode ser considerado como inicial, pois o único acesso à represa é feito pelo Clube de Pesca de Piraí, mas pescadores irregulares através de acessos clandestinos continuam a praticar a pesca predatória, movimento esse que pode vir a desestabilizar o ecossistema.

A importância da floresta em relação à produção de água é considerada um fator indispensável porque este ecossistema conjugado proporcionará para todos nós seres vivos a permanência do fornecimento de água por um período mais prolongado permitindo a manutenção do equilíbrio do ciclo hídrico. Abramovay (2012) sustenta a urgência em compatibilizar os processos de desenvolvimento com a preservação e a regeneração dos serviços ecossistêmicos que sustentam a sociedade humana. Esta relação mencionada deixa bem exposto que a redução da água potável está intrinsecamente associada ao desmatamento. Para Pagiola (2005), a floresta desempenha um papel importante na regulação dos fluxos

⁷ MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT - RELATÓRIO MEA 2005 - PDF. Disponível em: <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>>

hídricos e na redução do assoreamento. Mudanças na cobertura florestal podem afetar a quantidade, qualidade e a dinâmica temporal dos fluxos de água⁸.

O RECOMEÇO

Por este motivo e por vários outros citados, é peremptória a importância de gestão de projetos hídricos para a recuperação da vegetação, e também é importante a mudança de foco em relação às atividades econômicas que são realizadas nos locais, para que as mesmas possam ajudar na gestão dos recursos hídricos, em especial da Bacia Hidrográfica que é o objeto deste trabalho, a região onde se localizara a antiga cidade de São Marcos, pois esta região ainda é de suma importância para o estado do Rio de Janeiro, com destaque para o Sul Fluminense e a Região Metropolitana. É importante observar que os especialistas e administradores públicos têm dado atenção à questão dos recursos hídricos de forma mais acintosa, mas diferentemente do início do século 19 e depois, durante o Estado Novo, existe uma análise mais criteriosa em andamento para proporcionar o progresso sem necessariamente provocar um desastre como ocorrera em São João Marcos. Logo, o ponto de vista ambiental gerou uma reflexão no que diz respeito à necessidade de preservação do meio ambiente, consecutivamente acaba ajudando na preservação do patrimônio cultural porque passa a existir um determinado consenso entre todos os envolvidos na questão, desta forma, criam-se inúmeras atividades, cujas mesmas complementam este esforço conjunto da sociedade em geral. Do ponto de vista socioeconômico as forças se firmaram em torno do aumento do número de pessoas que passaram a visitar a região, isso acarreta um aquecimento da economia local, gerando vários benefícios para a região. E isso fica evidente com a nova visão dos envolvidos tanto no progresso bem como na preservação de determinada identidade cultural, na proteção ambiental, pois a região da Bacia Hidrográfica da qual a extinta cidade de São João Marcos faz parte é responsável pelo fornecimento da água que abastece a estação de tratamento de água do Guandu. A Estação de Tratamento de Água do Guandu (ETA Guandu) está no Guinness Book, O Livro dos Recordes, como a maior estação de tratamento de água potável do mundo em produção contínua. Esta estação foi criada em 1950, mas somente com a transposição das águas do Paraíba do Sul e do rio Pirai para a Bacia do Rio Guandu, em 1952, tornou possível que as águas fossem captadas por este curso. Em 1955 foi inaugurada a Estação de Tratamento de Água do Guandu (ETA). Já a segunda etapa foi em

⁸ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Mata Atlântica. Dados disponíveis em: <http://www.mma.gov.br/biomas/mataatlantica>.

1963 e a terceira fora concluída em 1965. A estação foi aumentando sua capacidade, daí em 1974 já havia se tornado o maior parque de produção de água da América Latina.

Como foi feita a transposição? No rio Paraíba do Sul, em Barra do Piraí, foi construída uma barragem de nível para captação de água que se chama Barragem de Santa Cecília, que através de uma estação elevatória, a mesma bombeia a água cerca de 15m acima, fazendo chegar ao rio Piraí, onde uma barragem impede seu curso normal, que seguiria com águas indo em direção ao rio Paraíba do Sul, mas que ocorre justamente ao contrário, uma inversão do sentido do fluxo original fazendo com que as águas do rio Paraíba se dirijam em direção a Piraí, cujo é bombeada novamente e sobe a uma altura de 35 metros até o Reservatório de Vigário, daí esta mesma água sofre uma queda de 310 e 303 metros para produzir energia nas Usinas de Fontes e Nilo Peçanha respectivamente, na sequência esta água segue para a represa de Ribeirão das Lajes, local que seria a localização da cidade de São João Marcos, que também recebe as águas dos rios Ribeirões Pires, da Prata e Machado. O fluxo das águas de Ribeirão das Lajes segue em direção a Paracambi após se encontrar com o rio Santana, a partir deste ponto passa se chamar Guandu.

Alie-se a esta importância desta região o fato de que nesta represa foi realizada uma pesquisa sobre o conhecimento das relações entre diversos elos da rede alimentar dos ecossistemas aquáticos, a qual enfatiza a análise de dietas alimentares em peixes com o objetivo da obtenção do conhecimento dos processos que regulam os ecossistemas aquáticos tropicais, segundo este relatório, pode ser considerado o seguinte: “Estudos da dieta natural constituem ferramentas importantes para o conhecimento da estrutura trófica da comunidade íctica do reservatório de Ribeirão das Lajes e podem contribuir para o manejo adequado do local”.

Isso demonstra que a mentalidade das pessoas mudou muito em relação ao período da inundação porque passou a existir uma preocupação maior com o equilíbrio do ecossistema, a preservação da mata atlântica e também um bom uso da região para se exercer atividades comerciais sem destruir o meio ambiente como é o caso do Clube de Pesca de Piraí, o qual é sediado nesta represa, que recebeu alevinos de tucunarés e tilápias, que iriam juntar-se à ictiofauna pré-existente (piaus, carás, mandis, lambaris e traíras). O objetivo era a manutenção da qualidade da água do manancial, através da geração de um ambiente ecologicamente equilibrado. O sucesso deste povoamento, constatado poucos anos depois,

criou na represa de Ribeirão das Lages, um verdadeiro nicho ecológico e um paraíso para a pesca esportiva, porém, de acesso restrito.

É mister destacar a percepção de vários autores sobre a questão ambiental desta bacia hidrográfica, tanto que Avelar (2015) trata da importância da água como elemento insubstituível, do aumento acelerado da população dependente desta água e a escassez da mesma, tendo em vista que esta escassez influencia a bacia do rio Paraíba do Sul que abastece hidricamente o sudeste do Brasil, onde estão incluídos os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que correspondem a quase a metade da população brasileira. Fala também da importância deste rio para a geração de energia elétrica e para a piscicultura e da instalação de indústrias nas suas margens. O interessante é que este autor mostra isso através de pesquisas e de dados estatísticos sobre os referidos questionamentos. Por este motivo e outros mencionados, é válido destacar que é de suma importância abordagem destacada anteriormente sobre a História da criação da Represa de Ribeirão das Lages e da inundação da antiga cidade de São João Marcos, pois essas histórias fundem-se com a História do rio Paraíba do Sul e também da estação de tratamento do Guandu.

Vale ressaltar que a obra de Brito e Suyá (2017) nos ajuda a resgatar a história dos sistemas de abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, deixando claro a dependência do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana a estrita dependência do sistema Guandu. Fala também sobre o aumento do investimento neste sistema de abastecimento acarretando em seu aumento no atendimento das regiões mencionadas. E na dificuldade de uma possível nova mudança nesta estrutura já aletrada em relação ao seu objetivo inicial, acarretando assim em dificuldades de atender as áreas da região, em especial a Baixada Fluminense, que precisam ter acesso aos recursos hídricos. Dentro contexto é importante frisar que Francine Ramalho de Aguiar (2017) aborda as políticas públicas ambientais que tem como objetivo melhorar e ampliar os serviços ambientais produzidos pelas florestas, destacando em seu artigo o conceito dos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA que beneficiam ações de conservação e restauração florestal e modificam aspectos econômicos e sociais de populações que vivem em propriedades rurais onde o programa é executado, que tinha como objetivo avaliar a visão da população rural mencionada sobre a eficiência ambiental, econômica e social do programa "Produtores de Água e Florestas" (PAF) que foi realizado no município de Rio Claro – RJ, o qual foi submetido às diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos para a procura da melhora na produção e também melhorar a qualidade da água da Bacia Hidrográfica do Guandu através da restauração e

conservação das florestas, tendo em vista a devastação da fauna e flora da região que foi inundada para a construção da represa de Ribeirão das Lajes. Então, tendo em vista a técnica escolhida para a realização do estudo, bem como o tempo decorrido, é importante frisar que o processo cumpriu o seu papel de preservação florestal, mas apesar disso, sabemos que esta medida não é o suficiente para resolver as questões do risco de contaminação desta Bacia Hidrográfica.

Não obstante, é importante destacar que a preocupação com a contaminação da Bacia Hidrográfica pode ir além do problema do rio Paraíba do Sul, pois Viviane Japiassú (2009), alerta em seu artigo para os riscos de acidentes ligados ao transporte terrestre nas rodovias que cortam a área territorial da ETA-GUANDU, deixando explícito que não existe um plano de contingência para lidar com este tipo de acontecimento que poderia ou poderá se tornar de natureza catastrófica comprometendo efetivamente a qualidade da água que irá ser utilizada e tratada pelo ETA-GUANDU. Tendo em vista esse risco é importante observar que alguns projetos podem servir de incentivo para se criar alternativas que tenham o objetivo de diminuir o risco de contaminação desta preciosa Bacia Hidrográfica. O projeto estruturante do Instituto Light aborda a exploração de projetos estruturantes de responsabilidade social no qual foram abordados métodos para o estudo de casos múltiplos aplicados a dois projetos conduzidos pelo Instituto Light: o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e o Museu Light da Energia, cujo o objetivo é oportunizar a relevância do conceito de sustentabilidade, logo, tal projeto pode ser usado como referência pela própria Light como uma direção para a problema que pode gerar uma crise no abastecimento de água para mais de 16 milhões de pessoas no Rio de Janeiro, em especial na capital e na Região Metropolitana, inclusive a Baixada Fluminense que já sofre em grande parte com o abastecimento básico. Peixinho (2005) disserta sobre aplicação dos instrumentos de gestão, da Política Nacional de Recursos Hídricos, na bacia do rio Paraíba do Sul, que utiliza como referência a Lei no 9.433 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, pois é de suma importância o direcionamento correto para a solução do problema criado pela CSN, como observou a reportagem de O Globo, sob a “batuta” do poder público que assistem inertes a este risco iminente de contaminação desta Bacia Hidrográfica que poderá trazer consequências indescritíveis para o estado do Rio de Janeiro em especial a capital Fluminense, a Região Metropolitana e a Baixada Fluminense.

CONCLUSÃO

É válido lembrar que diante do exposto faz-se necessária uma ponderação sobre considerar quão importante é a proteção e conservação de um patrimônio cultural e nacional, pode ser considerada tão natural e amplamente reconhecida, porque a preservação deste patrimônio, bem como sua preservação ambiental pode ser associada ao processo da construção de um Estado, de uma memória ou identidade nacional ou local, que através da integração do entendimento da leitura que pode ser feita deste patrimônio ajuda a externar a direção a qual uma determinada sociedade se projetou, que tipo de integração realizou esta sociedade e qual o grau de interdependência, de conflitos e situações pontuais as quais a leitura deste patrimônio nos ajudou a entender neste complexo processo de formação de uma determinada sociedade. E a História de São João Marcos deve ser inserida neste contexto, tanto que em 2011 foi fundado o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos⁹. Ruínas foram descobertas. Virou um museu a céu aberto e tem um pequeno Centro de Memória onde são exibidos objetos encontrados nas escavações. O Parque de São João Marcos, possui uma área de 930 mil m², com um investimento de R\$ 4,5 milhões, que teve parte deste valor aplicado entre outras intervenções no Centro de Memória, espaço com cerca de 100m², que conta, através de grandes painéis e vídeo, além de objetos de ex-moradores da cidade, a história de São João Marcos. Possui ainda, um espaço exclusivo de reserva técnica para a higienização, catalogação e armazenamento de objetos encontrados no local. Já foram catalogados em torno de duas mil peças, entre louças, moedas, objetos pessoais, porcelanas, entre outros até o período da inauguração. Além disso, o parque oferece um circuito de visitação pela antiga cidade, um anfiteatro, cafeteria, com capacidade para receber até 280 visitantes por dia. No Parque inaugurado foi preparado um programa educativo especialmente para as escolas, promovendo visitas mais elaboradas e capacitação de professores e coordenadores das escolas de Rio Claro. Os alunos poderão acompanhar o processo que envolve o trabalho de arqueologia, a retirada do material encontrado e a compilação dos mesmos.

Na programação do Parque estão previstas a realização de seminários, exposições, visitas guiadas de escolas e turistas, previamente agendadas, além de festas e demais eventos. Além disso, há diversas atividades desenvolvidas no local, que valem a visita. Essa iniciativa pode ser considerada como representação do resgate da História do que foi a grande cidade de

⁹“Disponível em”:< <https://www.uol.com.br/viagem/noticias/2011/11/24/sao-joao-marcos-no-rio-e-o-primeiro-parque-arqueologico-urbano-do-brasil.htm>.

São João Marcos, assim também uma preparação para o futuro, além da manutenção da memória desta linda cidade.

Logo, a preocupação com a preservação da bacia do Guandu junto com a preservação do patrimônio cultural relacionado à memória da cidade de São João Marcos é interessante e de suma importância, porque além de ressaltar que o abastecimento de mais ou menos quase 83% da população da cidade do Rio de Janeiro e de sua Região Metropolitana depende desta Bacia que está associada à manutenção do complexo hidrelétrico de Lajes/Paraíba do Sul (CEIVAP- 2006). Sendo que o mais interessante em tudo isso está relacionado à construção do complexo hidrelétrico de Lajes/Paraíba do Sul, a sua conexão com a História do café e da inundação da antiga cidade de São João Marcos, bem como as tentativas de preservação ambiental desta Bacia Hidrográfica, mostrando assim uma análise profunda da situação, bem como dados específicos para corroborar a preocupação de contaminação desta bacia. E por fim trazer sugestões para a solução deste problema que poderá afetar uma população de mais de 16 milhões de pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: ACMI Dias, CWC Branco, VG Lopes. **Estudo da dieta natural de peixes no reservatório de Ribeirão das Lajes.** Rio de Janeiro, Brasil: Acta Scientiarum. Biological, 2005; “Disponível em”: <eduem.uem.br>. “Acesso em”: <16/025/2019>.

AGUIAR, Francine Ramalho de. **O pagamento por serviços ambientais sob a ótica do produtor rural no Município de Rio Claro/RJ-** 2017. “Disponível em”: <tede.ufrjr.br>: “Acesso em”:<19/02/2019>.

AGRIPINO Grieco. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.* São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3424/agripino-grieco>>. Acesso em: 27 de Set. 2018. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

AVELAR, Roberto Gomes de. **Rio Paraíba do Sul–Sua Importância como Recurso Hídrico e os Impactos de sua Exploração em Relação aos Usos Múltiplos-** 2015, “Disponível em”:< ceivap.org.br>; Acesso em”:<02/02/2019>.

BREVES BEILER, Aloysio Clemente M. I. de J. **História do Café no Brasil Imperial -** Rio de Janeiro : Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, 12 de abril de 1911. Gazeta de Notícias. “Disponível em”:< <http://brevescafe.net/oswaldocruz.htm>>; “Acesso em”:<012/02/2014>.

BRITO, Ana Lucia Nogueira de Paiva ; QUINTSIR, Suyá. **Redes técnicas de Abastecimento de água no Rio de Janeiro: história e dependência de trajetória** *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ISSN-e 2175-3423, Vol. 9, Nº. 18, 2017 (Exemplar dedicado a: História dos Serviços Públicos/Historia de los Servicios Públicos (Jul-Dez/2017)), páginas 137-162. “Disponível em”:< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=4687025>>; “Acesso em”:<15/02/2019>.

BRITO, L; SIMÃO, B; PEREIRA NETO, J; CEMIRAMES, G.; AZEVEDO, C. **Densidade Planctônica do policultivo de *Litopenaeus vannamei* E *Oreochromis niloticus*.** *Ciência Animal Brasileira*, v. 18, 2 jun. 2017.- “Disponível em”: <revistas.ufg.br>; “Acesso em”:<10/02/2019>.

BRITTO, Ana Lucia; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria and CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. **Abastecimento público e escassez hidrossocial na Metrôpole do Rio de**

Janeiro. Ambient. soc. [online]. 2016, vol.19, n.1, pp.183-206. ISSN 1414-753X. “Disponível em”: < <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc150159r1v1912016>> Synergia, Light, Centro Cultural da SEAERJ, 2009.” Acesso em”:<06/03/2019>.

RAMOS, DAL; AGUIAR, FR de, VILELA, LE. *O projeto Produtores de Água e Floresta em Rio Claro-RJ: uma análise da governança no projeto sob a ótica da gestão social.* “Disponível em:<osocialemquestao.ser.puc-rio.br>. “Acesso em”:<17/01/2019>.

DO AMARAL, Luís Felipe Younes do. “**Projetos estruturantes em responsabilidade social e ambição estratégica da empresa: casos do instituto Light**”, 2012 – “Disponível em”: < public-cdn.ibmec.br.s3.amazonaws.com/Represa de Ribeirão das Lajes>; “Acesso em”:<05/02/2019>.

OTTONI, Adacto Benedicto; SAMPAIO, Felipe Pereira da Cunha; VASCONCELOS, Nathalia de Almeida. **Projeto preliminar de gestão ambiental da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.** Revista Científica ANAP Brasil, [S.l.], v. 10, n. 19, dez. 2017. ISSN 1984-3240. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/anap_brasil/article/view/1650/1638>. Acesso em: 20 Mar. 2019. doi:<<http://dx.doi.org/10.17271/19843240101920171650>>.

PASIN, José Luiz. **Algumas notas para a história do Vale do Paraíba.** São Paulo, Secretaria da Cultura, ciência e Tecnologia, 1977.

PEIXINHO, Frederico Cláudio. **Aplicação dos Instrumentos de Gestão, da Política Nacional de Recursos Hídricos, na Bacia do Rio Paraíba do Sul.** Rio de Janeiro: PUC, 2005. 50 p. “disponível em”:<dc.identifier.urihttp://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/449>. “cesso em “: <22/03/2019>.

RAMOS, Diná Andrade Lima; AGUIAR, Francine Ramalho de; VILELA, Lamounier Erthal. **O projeto Produtores de Água e Floresta em Rio Claro-RJ: uma análise da governança no projeto sob a ótica da gestão social,** “Disponível em”:<osocialemquestao.ser.puc-rio.br>; “Acesso em”:<25/02/2019>.

SÁ, Olga de. **Vale do Paraíba: cultura e arte:** Brazilian Cultural Studies, 2010 – “Disponível em”:< inseer.ibict.br>; “Acesso em”:<07/02/2019>.

SANTA RITTA, J . ***A Água do Rio: do Carioca ao Guandu: A história do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro.*** Rio de Janeiro: Synergia, Light, Centro Cultural da SEAERJ, 2009.

VIANA, Viviane Japiassú ; JOHNSON, Rosa Maria Formiga; NUNES FORTES, Julio Domingos. **Riscos ambientais decorrentes de acidentes no transporte de produtos perigosos na área de influência do ETA Guandú- RJ**, “Disponível em”:< academia.edu>; “Acesso em”:<20/03/2019>.

_____.**Vale do Paraíba: ontem e hoje.** Rio de Janeiro, AC&M, 1ª Ed, 1988.

_____.**Vale do Paraíba e estrada real: caminhos & roteiros.** Aparecida, Editora Santuário, 2004.

_____.**Vale do Paraíba: História & Cultura.** Lorena, Centro Cultural Teresa D´Ávila, 2007.